



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

FALANDO DE CONTAS

Instagram Facebook Twitter YouTube

Com coordenação do presidente do TCE, Atricon e IRB lançam orientações para sistema de integridade



Na mesma esteira que o TCE-AM, a Associação dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB) lançaram uma Resolução Conjunta para aumentar a transparência e a interação com os cidadãos, além da prevenção de suborno, fraudes e conflito de interesses e adoção de padrões de conduta ética nas Cortes de Contas brasileiras.

A adoção desses sistemas é uma prática cada vez mais comum na administração pública como forma de fortalecer iniciativas que detectem e previnam desvios de conduta e atos ilícitos, como fraudes e corrupção, nas relações entre as instituições e seus públicos.

“Além do comprometimento e apoio da alta administração, é preciso criar normas que levem em conta a realidade de cada instituição e centralizar a gestão desses processos em

unidades específicas para tratar das questões de integridade”, destaca o presidente da Atricon, César Miola.

Para o presidente do TCE-AM, conselheiro Érico Desterro, a iniciativa vem para brindar a sociedade com um sistema de controle externo ainda mais transparente e eficiente. “Assim como no TCE-AM, o sistema de integridade e compliance é voltado para ações internas, mas que reverberam na sociedade. Ganha o cidadão que terá um sistema de controle externo ainda mais confiável, transparente e eficiente”, afirmou o conselheiro Érico Desterro.

As ações previstas na Resolução foram elaboradas por um grupo de trabalho (GT) formado ainda em 2021 por membros e técnicos de Tribunais de Contas, coordenado pelo presidente do TCE-AM, conselheiro Érico Desterro.

Procuradora assume direção do MPC na terça (21)

A procuradora Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça assume a procuradoria-geral do Ministério Público de Contas (MPC) junto ao TCE-AM nesta terça-feira (21). A posse será realizada em sessão solene realizada pelo Tribunal de Contas do Amazonas (TCE-AM), às 10h, no auditório da Corte.

O evento contará com transmissão, ao vivo, pelas redes sociais do TCE-AM (YouTube e Facebook), além da transmissão, em áudio, pela Rádio Web do Tribunal.

O presidente do TCE-AM, conselheiro Érico Desterro, conduzirá a sessão de posse da nova procuradora-geral do MPC.

“Gostaria de parabenizar o Ministério Público de Contas e em especial a procuradora Fernanda Cantanhede. Esse é mais um ciclo que se completa e consolida o MPC como uma instituição íntegra junto ao Tribunal de Contas”, destacou o presidente do TCE-AM, conselheiro Érico Desterro.

Mais 25 Menores Aprendizes ingressaram no TCE

Na quarta-feira (15), mais 25 adolescentes do Programa Menor Aprendiz participaram do acolhimento e integração ao TCE-AM. O programa é realizado a mais de 30 anos e esta é a segunda turma integrada ao quadro de colaboradores no ano de 2022.

O presidente do TCE-AM, conselheiro Érico Desterro, ressaltou a importância do programa para os menores aprendizes.

“Espero que seja proveitosa a vida funcional e o progresso no Tribunal de Contas do Amazonas. O caminho na vida é cheio de tentações e obstáculos, mas persistindo em um bom trabalho e sendo uma boa pessoa, com certeza os objetivos serão alcançados. A Corte de Contas está de portas abertas para dar toda a assistência cabível aos Menores Aprendizes”, afirmou o presidente do TCE-AM, conselheiro Érico Desterro.

A primeira turma de 25 Menores Aprendizes foi integrada em março de 2022. Ao todo são 50 adolescentes atuando na Corte de Contas.

Pleno do TCE-AM multa ex-gestor de Barcelos



O Pleno do TCE-AM multou o gestor do Fundo de Saúde de Barcelos em 2016, Marcos de Lima Lopes, em mais de R\$1,27 milhão, considerando multa e alcance.

A sessão foi marcada por ser a última do procurador João Barros no cargo de procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC). Ele dará lugar a procuradora Fernanda Cantanhede, que toma posse do cargo na próxima terça-feira (21).

Relator das contas de Barcelos, o conselheiro Josué Claudio apresentou relatório apontando diversas irregularidades cometidas por

Marcos de Lima Lopes no exercício de 2016. Após análise dos órgãos técnicos, foi identificado que o gestor não divulgou publicamente as prestações de contas da área da saúde, bem como não enviou, mensalmente, a documentação necessária via sistema e-Contas.

Pelas irregularidades, Marcos de Lima Lopes foi multado em R\$13,6 mil, e considerado em alcance de R\$1,6 milhão. O gestor tem 30 dias para devolver o valor aos cofres públicos ou recorrer da decisão proferida pelo Pleno da Corte de Contas.

Diretor do TCE participa de congresso na Romênia

Para apresentar trabalho focado nas desigualdades resultantes do crescimento desenfreado de Manaus e o papel dos órgãos de controle como atores para a resolução desses problemas, o diretor jurídico do TCE-AM, Daniel Gerhard, participa do Internationale Vereinigung für Rechts- und Sozialphilosophie (IVR), entre os dias 3 a 9 de julho, em Bucareste, na Romênia.

Para o conselheiro-presidente do TCE-AM, Érico Desterro, a participação de um servidor do TCE-AM em

um evento como o IVR demonstra a capacidade técnica dos servidores que atuam na Corte de Contas.

“Temos no nosso quadro de colaboradores excelentes servidores, como é o caso de Daniel Gerhard, que terá a oportunidade de representar a Corte de Contas em um congresso dessa magnitude. O parabeno pela seleção do seu trabalho e desejo uma excelente apresentação em Bucareste”, disse o presidente do TCE-AM, conselheiro Érico Desterro.

PARLAMENTO EM AÇÃO

Trabalho infantil no Amazonas é debatido na Assembleia Legislativa

Nesta semana, Líderes Comunitários, Representantes de Entidades e Universitários realizaram o Fepel-AM (Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente no Amazonas), que contou com o apoio da Comissão de Promoção e Defesa das Crianças, Adolescentes e Jovens da Alean (Assembleia Legislativa do Amazonas), presidida pelo deputado Alvaro Campelo (PV).

Segundo o Auditor Fiscal do Trabalho, Emerson Victor, a audiência foi realizada em virtude do dia 12 de junho - “Dia Nacional do Combate ao Trabalho Infantil”, e contou com o balanço dos números que mostram aumento no Amazonas.

“O trabalho infantil do Amazonas atinge 1% do público de 5 a 17 anos o que representa mais de 50 mil crianças e adolescentes. Esse número é maior que a média nacional que é de 4,8%, ou seja, o Amazonas está em situação pior que muitos Estados do Brasil. O diagnóstico apresentado expõe a comparação das notificações e dos números dos últimos cinco anos feitos no Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação). Foi identificado que nesse período houve apenas pouco mais de 30 casos notificados, enquanto que a exploração sexual



AUDITORIO DEPUTADO BELARMINO LINS

de crianças e adolescentes foi de 169, e a exploração sexual também é trabalho infantil, ou seja, todos esses mais de 100 casos deveriam ser colocados como trabalho infantil. A gente utiliza vários dados de várias fontes e faz essa comparação em Manaus e nos interiores”, disse ele.

A Medida Provisória 116/22 que altera medidas de trabalho e aprendizagem ao público infantil também foi um tema abordado na audiência.

“A aprendizagem profissional é o principal instrumento contra o trabalho infantil. No Amazonas temos mais de 8 mil aprendizes mas essa alteração produzida pela MP 116/22 pode diminuir essas vagas pela metade. Essa MP

ela prejudica a fiscalização, reduz vaga de aprendiz principalmente a quem é vulnerável que vem de situação de trabalho infantil. Então a nossa fala é a favor da aprendizagem, contra essa MP que ela não seja aprovada pelo congresso, que possa caducar no prazo que tem para ser aprovado”, afirmou.

Segundo o deputado Alvaro Campelo, a audiência teve como objetivo promover debates e políticas públicas para mudar essa realidade. Na oportunidade, o parlamentar ressaltou a Campanha “Não dá dinheiro, dá futuro!”, coordenada por sua Comissão e pediu a colaboração da sociedade para evitar que mais crianças e adolescentes se tornem vítimas

de exploração.

“A nossa campanha segue nas ruas de Manaus e tem o objetivo de conscientizar as pessoas de que esse gesto, que parece ser de solidariedade, faz com que essas crianças e esses jovens fiquem fora da escola e acabem expostos a perigos como um acidente de carro, de serem cooptados pelo tráfico de drogas ou serem vítimas de abusos sexuais. Portanto, dando dinheiro, as pessoas estão incentivando que eles permaneçam nas ruas e não tenham um futuro diferente”, afirmou o parlamentar.

Conheça a Campanha “Não dá dinheiro, dá futuro”

A campanha tem como ob-

jetivo conscientizar a população de que o gesto de dar dinheiro para crianças e adolescentes nos semáforos é extremamente prejudicial, pois contribui para que eles sejam explorados. Durante a ação, a Comissão recebeu mais uma denúncia, feita por um morador do conjunto Ayapú, na Ponta Negra, que preferiu ter sua identidade preservada. Ele relatou que além de as crianças serem obrigadas a pedir dinheiro, muitas delas acabam ficando sem nada. “Canso de ver as crianças recebendo o dinheiro e quando o sinal abre, os adultos, que eu não sei se são os pais, vão lá e tomam tudo. Se elas se recusarem a dar, ainda apanham. É um verdadeiro absurdo”, de-

nunciou.

O deputado explicou que, apesar de ainda serem vistos menores nos semáforos, dados apontam para uma redução de crianças e adolescentes nas ruas, em razão desse trabalho realizado em conjunto com a sociedade. “O que eu fico feliz é que a população está compreendendo nossa mensagem: de que esse gesto de dar dinheiro para crianças, na verdade, é um grande mal que se faz, porque isso permite que elas não tenham uma perspectiva de futuro. Todos os dias elas vão estar aqui, fora das escolas, e expostas a doenças, a acidentes e ao tráfico de drogas. E volto a falar que muitas delas continuam sendo alagadas para pedirem dinheiro”, pontuou Alvaro.

Além da Comissão da Alean e Conselhos Tutelares, o trabalho vem sendo realizado em conjunto com toda rede de proteção, envolvendo o Tribunal de Justiça, OAB/AM, MP-AM (Ministério Público do Amazonas) e organizações sociais.

Além de não dar dinheiro nos semáforos, a população pode ajudar, denunciando a exploração do trabalho infantil ou qualquer outra violação dos direitos das crianças e adolescentes, através de uma ligação para o Disque 100, Conselhos Tutelares ou para o WhatsApp da Comissão da Alean: (92) 9111-0112.